

CHAMAMENTO PÚBLICO

**PARA APRESENTAÇÃO DE ORÇAMENTO ADICIONAL PARA CONTRATAÇÃO
DIRETA**

A Prefeitura Municipal de Ipirá, Bahia, convoca os interessados, com base na Lei nº 14.133/2021, para apresentação de Cotações de Preços adicionais no prazo de **3 (três) dias úteis** com vistas, **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA) E HOSPITAL MUNICIPAL DE IPIRÁ (HMI), TODAS COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS QUANDO HOUVER NECESSIDADE, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPIRÁ-BA,** conforme planilha abaixo:

Item	Descrição	Unid.	Qtde.
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO DE ENGENHARIA CLÍNICA PARA OS EQUIPAMENTOS MÉDICOS HOSPITALARES, CONFORME RELACAO DE EQUIPAMENTOS, COM MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, INCLUINDO REPOSIÇÃO DE PEÇAS SE NECESSÁRIO.	H/H	100

As empresas interessadas deverão enviar a proposta através do e-mail: compras@ipira.ba.gov.br, ou entregar presencialmente no Setor de Compras do Município, respeitando o prazo estabelecido.

Juntamente com a cotação solicitamos que sejam encaminhadas de forma atualizada os seguintes documentos:

- Documentos relativos à Habilitação Jurídica (Contrato Social Consolidado ou todas as respectivas alterações, documentos dos sócios e Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (Cartão CNPJ);
- Documentos de Regularidade Fiscal e Trabalhista – Certidão de Regularidade Municipal, Fazenda Estadual e Fazenda Federal, Certificado de Regularidade relativa com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, e certidões CEIS e CNEP;

Ipirá - BA, 13 de MAIO de 2026.

Prefeitura Municipal de Ipirá
Secretaria de Administração
Nilzete Rosário dos Santos Almeida
Gerente do Deptº de Compras

Nilzete Rosário dos Santos Almeida
SETOR DE COMPRAS

TERMO DE REFERÊNCIA

Órgão responsável: Secretaria Municipal de Saúde

1- DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva de equipamentos médico-hospitalares da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e Hospital Municipal de Ipirá (HMI), todas com reposição de peças quando houver necessidade, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Ipirá-Ba.

1.2. Os serviços são classificados como comuns uma vez que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo termo de referência por meio de especificações usuais de mercado.

1.3. O presente termo de referência tem como base legal a Lei 14.133/2021, especificadamente seus artigos 72, incisos I a VIII, bem como 75, inciso II c/c com o Decreto nº 296/2023.

1.4. Nas palavras do ilustre professor Ronny Charles: *“Quando a lei prevê hipóteses de contratação direta (dispensa e inexigibilidade) é porque admite que nem sempre a realização do certame levará à melhor forma de contratação pela Administração ou que, pelo menos, a sujeição do negócio ao procedimento formal e burocrático previsto pelo estatuto não serve eficaz ao atendimento do interesse público naquela hipótese específica.”*

1.5. No presente caso, a dispensa de licitação torna-se mais viável ao procedimento licitatório, porém deve ser pormenorizada em um procedimento formal, não sendo afastado nenhuma das premissas básicas de um procedimento licitatório, como a busca pelo melhor atendimento à finalidade pública e respeito a princípios basilares como a impessoalidade, moralidade, publicidade dentre outros;

1.6. A contratação, via dispensa de licitação, em razão do montante total e da apresentação da proposta mais vantajosa, dentro dos valores usuais, torna-se menos custosa economicamente e pragmaticamente do que à realização do

processo licitatório, além de tornar mais célere e eficiente a contratação, que visa à consecução do interesse público.

1.7 Por se tratar de uma prestação de um serviço de baixa complexidade, no qual existe a possibilidade de aferição dos padrões de desempenho e qualidade pretendidos mediante as informações contidas neste termo de referência, **entendemos pela desnecessidade do estudo técnico preliminar e análise de riscos.**

2 – DA JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO

2.1. A Secretaria Municipal de Saúde de Ipirá-BA tem a responsabilidade de assegurar que todos os serviços sejam prestados de forma eficiente e com qualidade necessária para atender as necessidades da população. Dentre estes serviços essenciais estão as manutenções e as trocas de peças dos equipamentos que compõem a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e Hospital Municipal de Ipirá. A ausência deste serviço não apenas comprometeria a qualidade dos serviços de saúde prestados, mas também poderia colocar em risco a saúde e o bem-estar dos usuários atendidos nas unidades de saúde do município.

Considerando a natureza dos serviços de saúde prestados pelas unidades acima relacionadas, é essencial garantir o pleno funcionamento dos equipamentos médico-hospitalares, que são fundamentais para o diagnóstico, tratamento e monitoramento dos pacientes. Tais equipamentos exigem manutenção regular, corretiva e preventiva, além da substituição de peças danificadas ou desgastadas, a fim de assegurar a segurança dos pacientes e a eficácia dos procedimentos médicos.

Dessa maneira é fundamental relacionar os requisitos que motivaram a solicitação deste objeto:

- 1) **Especificidade Técnica:** Os equipamentos hospitalares demandam conhecimento técnico especializado, treinamento contínuo e acesso a peças de reposição compatíveis e homologadas pelos fabricantes. Profissionais não especializados podem comprometer a integridade dos aparelhos e colocar em risco a saúde dos pacientes.

- 2) **Garantia da Qualidade e Conformidade com Normas Técnicas:** Empresas especializadas seguem rigorosamente as normas da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), ABNT e demais regulamentos técnicos vigentes, garantindo a rastreabilidade das peças utilizadas e a documentação adequada dos serviços prestados.
- 3) **Redução de Riscos e Paradas Operacionais:** A manutenção preventiva reduz o risco de falhas inesperadas, prolonga a vida útil dos equipamentos e evita a interrupção dos serviços de saúde. A substituição oportuna de componentes desgastados é vital para manter os equipamentos operando em condições ideais.
- 4) **Custo-benefício e Eficiência Operacional:** A terceirização desse serviço permite otimizar recursos, reduzir o tempo de inatividade dos equipamentos e assegurar uma resposta técnica ágil em situações de emergência, evitando prejuízos maiores com substituições completas ou paralisações prolongadas.
- 5) **Atendimento a Requisitos Legais e Auditorias:** A manutenção adequada e documentada é requisito para auditorias internas e externas, sendo também uma exigência para certificações de qualidade e habilitações junto ao SUS e convênios privados.

Diante do exposto, torna-se imprescindível que a natureza deste objeto seja atendida, tendo em vista a quantidade de equipamentos utilizados nas unidades de saúde (UPA e HMI) e a importância vital dos mesmos para que os serviços de saúde sejam prestados diariamente, garantindo a continuidade dos serviços e a segurança de todos os envolvidos. Segue abaixo a relação de equipamentos e o quantitativo dos mesmos para se mensurar a real necessidade das manutenções corretivas e preventivas, bem como a substituição de peças dos mesmos, quando houver necessidade. Segue em anexo planilha detalhada dos equipamentos e suas respectivas quantidades disponíveis e em uso no município, pelas unidades já mencionadas anteriormente.

3 – ESPECIFICAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD. DE HORAS 06 MESES	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO DE ENGENHARIA CLÍNICA PARA OS EQUIPAMENTOS MÉDICOS HOSPITALARES, CONFORME RELACAO DE EQUIPAMENTOS, COM MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, INCLUINDO REPOSIÇÃO DE PEÇAS SE NECESSÁRIO.	HORA/HOMEM	100		
VALOR ESTIMADO:					

No que diz respeito à RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR, bem como o valor, em atendimento ao disposto no artigo 72, VI da Lei 14.133/2021, a justificativa será elaborada após a conclusão da pesquisa de preços. A seleção do fornecedor levará em consideração a empresa do ramo da atividade relacionada ao objeto da pretensão contratual, que atenda aos requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária. A escolha será fundamentada na proposta mais vantajosa para a Administração, com base no critério de julgamento do MENOR PREÇO GLOBAL.

4 - DO REGIME DE EXECUÇÃO, LOCAL E DA FORMA DA PRESTAÇÃO

4.1. A prestação do serviço contratado será realizada por execução indireta.

4.2. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica: A prestação dos serviços ocorrerá de forma parcelada e sob demanda, de acordo com as necessidades das unidades solicitantes, mediante emissão de Ordem de Serviço. O prazo para início/execução será de até 07 (sete) dias corridos, contados a partir do recebimento da respectiva ordem, salvo situações de urgência devidamente justificadas, nas quais poderá ser reduzido mediante alinhamento prévio entre as partes.

Os serviços serão executados, preferencialmente, em dias úteis, nos horários compreendidos entre 08h00 às 12h00 e 14h00 às 17h00, podendo haver adequação de horários conforme a conveniência da Administração e a natureza da demanda. Em casos excepcionais e devidamente autorizados, a execução poderá ocorrer fora do horário padrão, a fim de garantir a continuidade e a eficiência dos serviços prestados.

4.3. A CONTRATADA deverá executar o serviço utilizando-se dos materiais e equipamentos necessários à perfeita execução, conforme ordem de solicitação emitida pela Secretaria Solicitante.

5 – DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1. A descrição da solução como um todo abrange a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva de equipamentos médico-hospitalares da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e Hospital Municipal de Ipirá (HMI), todas com reposição de peças quando houver necessidade, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Ipirá-Ba, necessários à continuidade da solução das necessidades nas dependências da Administração Municipal.

A contratada deverá assegurar disponibilidade técnica e operacional para atendimento das demandas dentro dos prazos estabelecidos, observando os critérios de qualidade, segurança e eficiência exigidos, bem como mantendo comunicação contínua com a fiscalização do contrato para alinhamento das atividades.

A contratada deverá elaborar e apresentar relatórios técnicos mensais, contendo a descrição detalhada dos serviços executados no período, incluindo datas de atendimento, locais, atividades realizadas, quantitativos, eventuais intercorrências, medidas adotadas e resultados obtidos. Os relatórios deverão ser encaminhados à fiscalização do contrato até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, para fins de acompanhamento, validação dos serviços prestados

e subsidiar o processo de atesto e pagamento. Os documentos deverão ser apresentados em formato físico ou digital, conforme orientação da Administração, devidamente assinados pelo responsável técnico, assegurando a rastreabilidade das informações e a transparência na execução contratual.

5.2. A contratação em tela visa dar continuidade às atividades da Administração Pública, em suas atribuições finalísticas, cabendo o prazo da prestação do serviço ser mediante as necessidades apresentadas pela Administração Pública.

6 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. Os custos com a presente contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 4062 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO HOSPITAL MUNICIPAL

Elemento Despesa: 33903900 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Fonte de Recursos: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos

Projeto/Atividade: 4109 - MANUTENÇÃO DO ATENDIMENTO AMBULATORIAL E HOSPITALAR - PROCEDIMENTOS NO MAC

Elemento Despesa: 33903900 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Fonte de Recursos: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos

7. PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

7.1 O prazo de execução deverá ser de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato, e o prazo de vigência de 12 (doze) meses, podendo ocorrer a prorrogação de vigência do contrato, caso cumpra os requisitos do artigo 107, da Lei nº 14.133/2021.

8 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

8.1. Para que o objeto da contratação seja efetivado, é necessário o atendimento de alguns requisitos de acordo com as características do objeto, dentre eles os de qualidade e capacidade de execução pelo contratado, minimamente os dispostos nos artigos 62, 66, 67, 68 e 69 da Lei nº 14.133/2021.

8.2. Sendo assim, os documentos exigidos serão:

Habilitação jurídica:

- a) No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- c) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- f) No caso de exercício de atividade não listadas nos itens acima: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, nos termos da legislação pertinente.
- g) No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Regularidade fiscal, social e trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- b) Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União;
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou estadual, relativo ao domicílio ou sede do prestador, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do prestador, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do prestador, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- h) Declaração de cumprimento ao disposto no Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal e outras que forem necessárias.

Qualificação Econômico-Financeira:

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do prestador;

Qualificação Técnica:

- a) Certidão de Registro e Quitação da empresa e de seu responsável técnico no conselho Profissional Competente, com jurisdição sobre o domicílio da sede da licitante.
- b) Apresentar 1 (um) profissional de nível superior de Engenharia Mecânica, 1 (um) profissional de nível superior de Engenharia Elétrica/Eletrônica, devidamente registrados no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, sendo que ambos os profissionais devem possuir título de especialização em engenharia clínica, para executar os serviços constantes do objeto do Termo de Referência.

- c) Capacitação técnico-profissional - cuja comprovação se fará mediante atestado emitido em nome de profissional(is) responsável(is) técnico(s), com formação em nível superior ou outro devidamente reconhecido pela autoridade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica com as respectivas CAT - Certidão(ões) de Acervo Técnico, emitidos em qualquer caso devidamente certificado pelo Conselho Profissional Competente, com características pertinentes.
- d) Caso o(s) RT(s) indicado(s) não esteja(m) no Quadro Técnico da licitante, conforme contrato social e/ou certidão apresentada no subitem 8.5.1, o(s) atestado(s) apresentados só será(m) aceito(s) se a empresa apresentar declaração assinada, acompanhada da anuência do(s) profissional(is) técnico(s), assumindo o compromisso de que, caso seja vencedora do certame, o RT indicado integrará o seu Quadro Técnico, mediante carteira de trabalho ou contrato de prestação de serviços.
- e) Capacitação técnico-operacional - cuja comprovação se fará através de atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa licitante, que comprovem aptidão da licitante para o desempenho de atividades compatíveis e pertinentes em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.
- f) Os serviços executados devem ser equivalentes a 50% ou superior com o objeto.
- g) Os atestados que não vierem acompanhados das respectivas CAT's poderão ser objeto de diligência para verificar sua autenticidade.
- h) Apresentar e comprovar que a CONTRATANTE possui software específico de gestão de engenharia clínica.
- i) Apresentar Alvará Sanitário (ou Licença Sanitária) da empresa licitante, expedido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, tal como exigido pela Lei Federal n.º 6.360/76 (art.2º), Decreto Federal n.º 79.094/77 (art. 2º) e Portaria Federal nº 2.814 de 29/05/98, ou documento que justifique a sua não obrigatoriedade de apresentação conforme legislação municipal ou estadual de origem do licitante.

j) Apresentar autorização do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO para a realização de manutenção nos aparelhos de esfigmomanômetros e balanças de até 600 Kg com as referidas classes I, II, III e IV.

l) Apresentar comprovação de posse mediante apresentação de certificados vigentes de calibração com rastreabilidade RBC vinculados ao CNPJ da empresa licitante, dos seguintes padrões, analisadores e simuladores: Analisador de Bisturis Eletro/eletrônicos e micro processados; Analisador de Desfibrilador, Cardioversor; Analisador de Fluxo de Gases (Ventilador Pulmonar); Analisador de Monitor Multiparâmetros (Simulador de sinais vitais com SPO2; PNI; Pressão Estática e Invasiva; Temperatura e Atividade Cardíaca); Analisador de Pressão e Vácuo; Simulador de ECG com 12 derivações; Analisador de Gases Anestésicos; Analisador de Segurança Elétrica;

m) Na análise do(s) atestado(s) apresentado(s) pelos Licitantes, será levado em conta a natureza dos objetos efetivamente fornecidos, assim considerados os similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, independente da redação do(s) respectivo(s) atestado(s).

n) Certidão (ões) ou atestado (s), regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios complementares. (Parcelas de maior relevância - Engenharia Clínica). A certidão ou atestado deverá demonstrar que o licitante executou serviços similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo, de 3 (três) anos.

o) Caso seja necessário diligência, o licitante vencedor deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

p) Apresentação de um ou mais atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove que o prestador executou ou está

executando, de maneira satisfatória e a contento, fornecimentos da natureza e vulto similares com o objeto da presente contratação;

p.1) Os atestados poderão ser diligenciados de acordo com o art. 64 da Lei 14.133/21.

9 – FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

9.1. No que diz respeito a RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR, em atendimento ao que preconiza o artigo 72, VI da Lei 14.133/2021, justifica-se por se tratar de empresa do ramo da atividade do objeto de pretensão contratual, que preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária, além de ter ofertado a proposta mais vantajosa para a Administração, em razão do critério de julgamento ser o MENOR PREÇO POR GLOBAL.

9.2. Foram realizadas pesquisas de preços, tendo a empresa XXXX, inscrita no CNPJ nº XXXX, apresentado o menor preço, bem como toda documentação pertinente, que comprova o preenchimento dos requisitos de habilitação e qualificação mínima, ou seja, documentos de habilitação jurídica, regularidade fiscal, social e trabalhista, atendendo ao artigo 72, incisos V e VI da Lei Federal 14.133/2021.

10 - DA JUSTIFICATIVA DOS PREÇOS:

10.1. No que diz respeito a justificativa de preços, em atendimento ao que preconiza o artigo 72, VII da Lei 14.133/2021, foram realizadas pesquisas de preço, que seguem em anexo, atendendo ao preceito do artigo 23 da Lei Federal 14.133/2021, onde foi encontrado o preço compatível com o mercado, sendo considerado justo para esta Administração

10.2. Considerando que o menor valor orçado para contratação, é de R\$ XXXX (XXXXX), abaixo de R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos), limite estabelecido no artigo 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021, e que não houve contratações anteriores que

ultrapassem o referido limite, justifica-se a contratação direta através de dispensa de licitação, uma vez que é menos oneroso do que a realização de certame licitatório.

11- MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

11.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;

11.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

11.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

11.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

11.6. A fiscalização decorrente desta contratação, será acompanhada e fiscalizada pela servidora Camila Macêdo Silva, matrícula 14788 dessa Administração, ou pelo respectivo substituto designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição, nos termos do artigo 117 da Lei 14.133/2021.

11.7. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

11.8. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

11.9. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

11.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

11.11. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

11.12. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

11.13. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

11.14. O gestor do contrato, será a servidora Olívia Moraes da Silva, matrícula 14775, com atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, especialmente:

- I - analisar a documentação que antecede o pagamento;
- II - analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- III - analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;
- IV - analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;
- V - acompanhar o desenvolvimento da execução através de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;

VI - decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;

11.7. O contratado deverá indiciar um responsável legal com respectivos contatos (e-mail, celular e WhatsApp), com poderes para representá-lo perante essa Municipalidade na execução do contrato decorrente da contratação objeto deste termo de referência.

11.8. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração durante a prestação do serviço e/ou fornecimento do bem para representá-lo na execução do contrato.

12 – DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DOS CRITÉRIOS PARA MEDIÇÃO E PAGAMENTO

12.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

12.1.1. não produzir os resultados acordados,

12.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

12.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Do recebimento

12.2. Os serviços serão recebidos, no prazo de até 10 (dez) dias da comunicação escrita do contratado de término da execução, pelo fiscal do contrato, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

12.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

12.4. O fiscal do contrato realizará o recebimento do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

12.5. Para efeito de recebimento, ao final do período de faturamento, o fiscal do contrato poderá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

12.6. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

12.7. O recebimento também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis, quando for o caso.

12.8. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

12.9. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

12.10. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo não superior a 10 (dez) dias, contados do recebimento, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

12.10.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o

pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao CONTRATADO, por escrito, as respectivas correções;

12.10.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

12.10.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

12.10.4. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos ou outro indicado para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

12.11. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

12.12. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

12.13. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

12.14. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

12.15. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;

e) o valor a pagar; e

f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

12.16. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

12.17. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta própria do Município, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

12.18. A Administração deverá: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação/ contratação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

12.19. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

12.20. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.21. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

12.22. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

Prazo de pagamento

12.23. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias do mês subsequente a prestação do serviço, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

12.24. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumido) de correção monetária.

Forma de pagamento

12.25. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.26. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.27. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.27.1. Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e Contribuição para os Programas de Integração Social e Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep), na forma da Instrução Normativa RFB nº 1.234 de 11 de janeiro de 2012, conforme determina o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996;

12.27.2. Contribuição previdenciária, correspondente a 11% (onze por cento), na forma da Instrução Normativa RFB nº 971 de 13 de novembro de 2009, conforme determina a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; e,

12.27.3. Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), na forma da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, combinada com a legislação pertinente.

12.27.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

12.28. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos

impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

13 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. A CONTRATADA obriga-se a:

13.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

13.1.3. O objeto deve estar acompanhado, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

13.1.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

13.1.5. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, o produto com avarias ou defeitos;

13.1.6. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente contratação;

13.1.7. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

13.1.8. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

13.1.9. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está

obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

13.1.10. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

13.1.11. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

13.1.12 Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

14 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14.1. A CONTRATANTE obriga-se a:

14.1.1. Receber provisoriamente o objeto disponibilizando local, data e horário e demais condições estabelecidas;

13.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes no Termo de Referência, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

14.1.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

14.1.4. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto prestado, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

14.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente a prestação do objeto, no prazo e na forma estabelecidos nesse termo.

14.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em

decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

15 - DA SUBCONTRATAÇÃO

15.1. Não será admitida a subcontratação.

16 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. O Município de Ipirá-Ba reserva-se no direito de impugnar a prestação de serviços, se esses não estiverem de acordo com as especificações contidas neste Termo de referência.

16.2. Os casos omissos serão resolvidos com base nos dispositivos constantes na Lei 14.133/2021 e no Decreto Municipal 296/2023.

16.3. Fica eleito o foro da Comarca de Ipirá-Ba como único e competente para dirimir quaisquer demandas do presente contrato, por mais privilegiado que outro possa ser.

Raquel Carvalho O. Reis
Assistente de Deprt. I
Dec. Nº 045/06.01.2025

Raquel Carvalho Oliveira Reis
Assistente de Departamento I

APROVO o presente Termo de Referência, cuja finalidade é subsidiar a contratação de todas as informações necessárias à prestação, estando presentes os elementos necessários à identificação do objeto e todos os critérios para contratação de forma clara e concisa, além de cumprir com o determinado na legislação.

Ipirá-Ba, 23 de abril de 2026.

Jucinei Miranda C. da Silva
Sec. de Saúde Dec. 06
PMI-BA 02.01.2025

Jucinei Miranda Cerqueira da Silva
Secretária Municipal de Saúde

Relação de Equipamentos Médicos Hospitalares						
ITEM	EQUIPAMENTO	SETOR	MARCA	MODELO	NÚMERO DE SÉRIE	OBSERVAÇÕES
1	RAIO X FIXO	RAIO X	VNI	ADCM3	SN	NECESSITA MANUTENÇÃO
2	MONITOR	DEPÓSITO	VISTA	BIS	VT18490	NECESSITA MANUTENÇÃO
3	ESFIGMOMANÔMETRO	DEPÓSITO	PREMIUM	PREMIUM	SN	NECESSITA MANUTENÇÃO
4	ESFIGMOMANÔMETRO	DEPÓSITO	PREMIUM	PREMIUM	SN	NECESSITA MANUTENÇÃO
5	ESFIGMOMANÔMETRO	DEPÓSITO	PREMIUM	PREMIUM	SN	NECESSITA MANUTENÇÃO
6	VENTILADOR PULMONAR	SALA DO GERADOR	TAKAOKA	MONTERE	SN	NECESSITA MANUTENÇÃO
7	VENTILADOR PULMONAR	DEPÓSITO	OXIGEL	1000	17G022655	NECESSITA MANUTENÇÃO
8	OXÍMETRO DE BANCADA	DEPÓSITO	PROTEC	PV4000	10280021	NECESSITA MANUTENÇÃO
9	VENTILADOR PULMONAR	DEPÓSITO	MAQUET	SERVO-S	15001	NECESSITA MANUTENÇÃO
10	BISTURI ELÉTRICO	DEPÓSITO	EMAI	P-100PLU	031Q3128	NECESSITA MANUTENÇÃO
11	VENTILADOR DE TRANSPORTE	DEPÓSITO	ESTUNG	HR4-G	E16057	NECESSITA MANUTENÇÃO
12	OXÍMETRO DE BANCADA	DEPÓSITO	MINDRAY	VS-800	BY-19132078	NECESSITA MANUTENÇÃO
13	MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	DEPÓSITO	DRAGER	DELTA-XL	3002557970	NECESSITA MANUTENÇÃO
14	VENTILADOR PULMONAR	DEPÓSITO	LEISTUNG	R4D-PLU	J17057	NECESSITA MANUTENÇÃO
15	ELETRÓCARDIOGRAFO	DEPÓSITO	EDAN	SE-1201	360253-M20413210044	NECESSITA MANUTENÇÃO
16	ELETRÓCARDIOGRAFO	DEPÓSITO	EDAN	SE-1201	360253-M20413210014	NECESSITA MANUTENÇÃO
17	INCUBADORA DE TRANSPORTE	DEPÓSITO	FANEM	IT-158-1S	CF-7377	NECESSITA MANUTENÇÃO
18	ASPIRADOR PORTÁTIL	CENTRO CIRÚRGICO	PROTEC	XLUTION 1	SN	NECESSITA MANUTENÇÃO
19	APARELHO DE ANESTESIA	CENTRO CIRÚRGICO	TAKAOKA	UT-MAXIM	1716	NECESSITA MANUTENÇÃO
20	MONITOR MULTIPARAMÉTRICO S/ CAPNOGRAFO	CENTRO CIRÚRGICO	MINDRAY	UMEC10	KN-83020591	NECESSITA MANUTENÇÃO
21	FOCO CIRÚRGICO AUXILIAR	CENTRO CIRÚRGICO	MEDPEJ	PL-2000	316079	NECESSITA MANUTENÇÃO
22	BISTURI ELÉTRICO	CENTRO CIRÚRGICO	WEM	SS-501LX	LAE0001286	NECESSITA MANUTENÇÃO
23	MESA CIRÚRGICA MECÂNICA	CENTRO CIRÚRGICO				NECESSITA MANUTENÇÃO
24	INCUBADORA ESTACIONÁRIA	CENTRO CIRÚRGICO	OLIDEF	LINE 4	22-H-0488	NECESSITA MANUTENÇÃO
25	ASPIRADOR CIRÚRGICO	CENTRO CIRÚRGICO	OLIDEF	A-10 PLUS	02E619	NECESSITA MANUTENÇÃO
26	FOCO CIRÚRGICO FIXO	CENTRO CIRÚRGICO	KSS	SKYLED		NECESSITA MANUTENÇÃO
27	APARELHO DE ANESTESIA	CENTRO CIRÚRGICO	MINDRAY	ATC-EX	DW-1B012664	NECESSITA MANUTENÇÃO
28	MONITOR MULTIPARAMÉTRICO C/ CAPNOGRAFO	CENTRO CIRÚRGICO	MINDRAY	UMEC15	KR-1B006963	NECESSITA MANUTENÇÃO
29	MESA CIRÚRGICA ELÉTRICA	CENTRO CIRÚRGICO	KSS	VISION	38248	NECESSITA MANUTENÇÃO
30	BERÇO AQUECIDO	CENTRO CIRÚRGICO	GIGANTE	GRN	212803NEC	NECESSITA MANUTENÇÃO
31	VENTILADOR PULMONAR	CENTRO CIRÚRGICO	TAKAOKA	CARMEI	4015	NECESSITA MANUTENÇÃO
32	CARDIOVERSOR	CENTRO CIRÚRGICO	NIHON KOHDEN	TEC-5631	2434	NECESSITA MANUTENÇÃO
33	FOCO CIRÚRGICO AUXILIAR	CENTRO CIRÚRGICO	MEDPEJ	PL-2000	105341	NECESSITA MANUTENÇÃO
34	MESA DE PARTO ELÉTRICA	CENTRO CIRÚRGICO	RC MÓVEIS	RC208-E	2022107039-02	NECESSITA MANUTENÇÃO
35	FOCO CIRÚRGICO FIXO	CENTRO CIRÚRGICO				NECESSITA MANUTENÇÃO
36	MESA DE PARTO ELÉTRICA	CENTRO CIRÚRGICO	FANEM	MP7097	HAJ16497	NECESSITA MANUTENÇÃO
37	BALANÇA PEDIÁTRICA ELÉTRICA	CENTRO CIRÚRGICO	HAMAK	ELP-25BP	48395	NECESSITA MANUTENÇÃO
38	ASPIRADOR PORTÁTIL	CENTRO CIRÚRGICO	NS	MA520-60	LN75000	NECESSITA MANUTENÇÃO
39	BERÇO AQUECIDO	CENTRO CIRÚRGICO	GIGANTE	GRN	212775NEC	NECESSITA MANUTENÇÃO
40	AUTOCLAVE	CME	SERCON	HS		NECESSITA MANUTENÇÃO
41	SELADORA DE GRAU CIRÚRGICO	CME	STRACK	M350PLU	350P-0923-2507	NECESSITA MANUTENÇÃO
42	FOCO CLÍNICO	CLÍNICA CIRÚRGICA				NECESSITA MANUTENÇÃO
43	BOMBA DE INFUSÃO	CLÍNICA CIRÚRGICA	MEDMAX	SP750		NECESSITA MANUTENÇÃO
44	CARDIOTOCÓGRAFO	CLÍNICA CIRÚRGICA	MD	BT-350	AFN90053	NECESSITA MANUTENÇÃO
45	FOTOTERAPIA	CLÍNICA CIRÚRGICA	FANEM	3006-BTP		NECESSITA MANUTENÇÃO
46	INCUBADORA ESTACIONÁRIA	CLÍNICA CIRÚRGICA	OLIDEF	LINE 4	22-H-0483	NECESSITA MANUTENÇÃO
47	BOMBA DE INFUSÃO	CLÍNICA CIRÚRGICA	MEDMAX	SP750		NECESSITA MANUTENÇÃO
48	BOMBA DE INFUSÃO	CLÍNICA CIRÚRGICA	MEDMAX	SP750		NECESSITA MANUTENÇÃO
49	FOTOTERAPIA	CLÍNICA CIRÚRGICA	FANEM	3006-BTP	GAF61154	NECESSITA MANUTENÇÃO
50	BALANÇA ANTROPOMÉTRICA ELÉTRICA	CLÍNICA CIRÚRGICA	RAMUZA	DP-200	52851	NECESSITA MANUTENÇÃO
51	CARDIOVERSOR	CLÍNICA CIRÚRGICA	NIHON KOHDEN	TEC-5631	2418	NECESSITA MANUTENÇÃO
52	FOTOTERAPIA	CLÍNICA CIRÚRGICA	FANEM	3006-BTP	RAG69534	NECESSITA MANUTENÇÃO
53	OXÍMETRO PORTÁTIL	CLÍNICA MÉDICA	LOTUS	SA-PULS	028112127	NECESSITA MANUTENÇÃO
54	VENTILADOR DE TRANSPORTE	CLÍNICA MÉDICA	TAKAOKA	AK 920 RI	2192	NECESSITA MANUTENÇÃO
55	BOMBA DE INFUSÃO	CLÍNICA MÉDICA	MEDMAX	SP750		NECESSITA MANUTENÇÃO
56	BOMBA DE INFUSÃO	CLÍNICA MÉDICA	MEDMAX	SP750		NECESSITA MANUTENÇÃO
57	MAMOGRAFO	MAMOGRAFIA	KONICA MINOLTA			EQUIPAMENTO NOVO
58	MESA CIRÚRGICA	CENTRO CIRÚRGICO	NOVAMEC			EQUIPAMENTO NOVO
59	ULTRASSOM PORTÁTIL	CLÍNICA MÉDICA	SABVO	EVUS-5		NECESSITA MANUTENÇÃO